

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-789-5 DOI 10.22533/at.ed.895191911</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FEMINISTA ANTIMANICOMIAL OU SOBRE A NECESSÁRIA GARANTIA DE LUGAR DE FALA E ESCUTA À MULHER LOUCA	
Priscila Coimbra Rocha Clarice Moreira Portugal Caliandra Machado Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.8951919111	
CAPÍTULO 2	12
A FORÇA DAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA VIVÊNCIA DO MÉTODO CANGURU	
Joise Magarão Queiroz Silva Mariza Silva Almeida Edméia de Almeida Cardoso Coelho Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Liliane de Souza Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.8951919112	
CAPÍTULO 3	22
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS MILITARES ESTADUAIS: UM OLHAR SOBRE O PERCENTUAL PARA INGRESSO DE MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA IGUALDADE	
Isabel Gomes de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8951919113	
CAPÍTULO 4	35
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA EM ALAGOAS	
Samara Farias dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8951919114	
CAPÍTULO 5	47
A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO <i>ESTADÃO</i> : O CASO DE AMANDA BUENO	
Luíza Buzzacaro Barcellos Janie Kiszewski Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.8951919115	
CAPÍTULO 6	58
ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E SEU VALOR NO RESGATE DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO	
Joise Magarão Queiroz Silva Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Írbia Fernandes de Medeiros Letícia da Silva Cabral Cleuma Sueli Santos Suto	
DOI 10.22533/at.ed.8951919116	

CAPÍTULO 7	65
AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA EM ORLEANS-SC	
Alessandra Knoll Felipe Basso Silva Gabriel Bittencourt de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.8951919117	
CAPÍTULO 8	78
DE LEGGINGS À LUTA: A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA MARIA BADERNA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA	
Taise de Jesus Chates Mirela Santiago Santos Rafael Bomfim Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8951919118	
CAPÍTULO 9	87
AS MULHERES DE CLARICE: UMA ANÁLISE FEMINISTA DOS CONTOS “A FUGA” E “RUÍDO DE PASSOS”	
Thainá Oliveira Chemelo Anna Marcella Mendes Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.8951919119	
CAPÍTULO 10	100
DIVERSIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS	
Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes Valdenora Souza Mota Dayane Rainha da Silva Maria Madalena Pontes Melo	
DOI 10.22533/at.ed.8951919110	
CAPÍTULO 11	111
PRINCESAS NA <i>TIMELINE</i> : A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DAS PRINCESAS DISNEY NA INTERNET	
Ana Carolina Rocha Lisita Patrícia Quitero Rosenzweig Rosa Maria Berardo	
DOI 10.22533/at.ed.8951919111	
CAPÍTULO 12	124
DIÁLOGOS CONJUGAIS DESENCONTRADOS EM <i>O SILÊNCIO</i> (1981), DA PORTUGUESA TEOLINDA GERSÃO (1940)	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.8951919112	
CAPÍTULO 13	136
ERVAS MEDICINAIS: SABER E PRÁTICA NO FAZER FEMININO	
Daniela Bento Alexandre	
DOI 10.22533/at.ed.8951919113	

CAPÍTULO 14	146
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS MULHERES DEPENDENTES QUÍMICAS	
Ana Tereza Bernardo Ribeiro de Jesus Suzana Alves Nogueira Larissa da Conceição Alves	
DOI 10.22533/at.ed.89519191114	
CAPÍTULO 15	150
A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORDESTINO ATRAVÉS DE DINÂMICAS ECONÔMICAS COLABORATIVAS	
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Assíria Marielle da Silva Dantas Azilis Camille Pierrel Laísa Maria da Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.89519191115	
CAPÍTULO 16	163
LAERTE-SE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ALÉM DO GÊNERO	
Juliana Maria Duarte Marques	
DOI 10.22533/at.ed.89519191116	
CAPÍTULO 17	175
EXPRESSÕES ATIVISTAS DO POLIAMOR E DESBANQUE DE PRIVILÉGIOS MASCULINOS: ENFRENTAMENTO PELA PSICOLOGIA POSITIVA E RECURSO TÉCNICO DA RESILIÊNCIA	
Maria Juivalda Barbosa Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.89519191117	
CAPÍTULO 18	186
MULHER PRETA E A INTELLECTUALIDADE “ A SÍNDROME DA NEGA METIDA”	
Thalita Santos Reis Luduvico	
DOI 10.22533/at.ed.89519191118	
CAPÍTULO 19	195
MOVIMENTO CAPOEIRA MULHER – MANDINGAS, MALÍCIAS, SABERES ANCESTRAIS E FEMINISMO NA RODA	
Maria Zeneide Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.89519191119	
CAPÍTULO 20	209
MULHERES AMAZÔNIDAS E SUA RELAÇÃO COM EMPRESAS DE BIOCOSMÉTICOS: ENTRE NOVAS RURALIDADES E VELHAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO	
Ruth Helena Cristo Almeida Carolina da Silva Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.89519191120	

CAPÍTULO 21	217
O DESAFIO DAS PESCADORAS DE AÇUDE DO TERRITÓRIO DOS INHAMUNS CRATEÚS. IDENTIDADE, TRABALHO E RECONHECIMENTO	
Viviana Pittalis	
Anita Dias	
DOI 10.22533/at.ed.89519191121	
SOBRE A ORGANIZADORA	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

O DESAFIO DAS PESCADORAS DE AÇUDE DO TERRITÓRIO DOS INHAMUNS CRATEÚS. IDENTIDADE, TRABALHO E RECONHECIMENTO

Viviana Pittalis

Comunitá Impegno Servizio Volontariato CISV
Cáritas Diocesana de Crateús
pittalisviviana@gmail.com

Anita Dias

Comunitá Impegno Servizio Volontariato CISV
Cáritas Diocesana de Crateús
anitafdias@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho visa apresentar reflexões de experiências com oficinas de mulheres pescadoras de 12 municípios do sertão cearense sobre as temáticas “Identidade” e “Papel de gênero”. As oficinas foram realizadas dentro do projeto “Pescadoras e pescadores artesanais construindo o Bem Viver”, executado pela Cáritas Diocesana de Crateús e financiado pela UE. A pesca artesanal na região é praticada em regime familiar nos açudes e representa uma atividade tradicional muito difusa, especialmente nas comunidades rurais. Na vivência com as comunidades, observou-se a vulnerabilidade e invisibilidade do trabalho das pescadoras. A maioria delas é responsável pelo beneficiamento e a venda do pescado e pela confecção e reparo dos instrumentos de pesca, mas há também pescadoras na beira d’água soltando tarrafa e remando. Elas possuem experiência e conhecimento não só

do processo produtivo pesqueiro, mas também do cuidado com o ambiente e recursos naturais, através dos quais garantem a subsistência da família. Porém, a maioria não tem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Além disso, a participação delas na cadeia produtiva pesqueira é vista como ajuda, fortalecendo a falta de autoreconhecimento das mesmas como pescadoras. O levantamento das informações se deu por observação participante, pesquisa bibliográfica e documental, conversas e trabalhos em grupo. Assim, percebeu-se como a dominação masculina se mantém historicamente através da reprodução das atividades produtivas e reprodutivas organizadas de acordo com a divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2002). Portanto, conforme Cavalcanti (2010) é necessário desmistificar o modelo de hierarquização das atividades produtivas pesqueiras de acordo com o gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Pescadoras artesanais, identidade, gênero, açude, sertão.

THE CHALLENGES OF CRATEÚS
INHAMUNS FISHERWOMEN. IDENTITY,
WORK, RECOGNITION

ABSTRACT: This article is aimed at presenting reflections about “Identity” and “Gender roles”

workshops with fisherwomen of 12 municipalities in Ceara's hinterland (Brazilian Northeast). Workshops have been realized within the project "Artisanal fisherwomen and fishermen building health", executed by Cáritas Diocesana de Crateús and financed by the European Union. Artisanal fishery is practiced by families in dams. It is a traditional but diffuse activity, especially in rural communities. During project activities with fishery groups, vulnerability and invisibility of fisherwomen work has been noticed. Fisherwomen are generally responsible for fish processing and selling, as well as for building and repairing fishery tools. However, there are also fisherwomen responsible for capturing fishes rowing in canoes. They own experience and knowledge of both fishery production process, and environment and natural resources care, through which they ensure their families subsistence. However, most of them have no access to labor rights. Moreover, their participation in fishery is seen just as an help, provoking them a lack of self recognition as fisherwomen. Article information survey has been done through participant observation, bibliographic and documentary research, conversations and group works. Thus, it was possible to notice that male domination is historically maintained through the reproduction of productive and reproductive activities organized according with sexual division of labour (BOURDIEU, 2002). In conclusion, according to Cavalcanti (2010) it is necessary to demystify the hierarchical model of fishery productive activities by gender.

KEYWORDS: Artisanal fisherwomen, identity, gender, dams, hinterland.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal brasileira representa uma atividade produtiva típica das comunidades tradicionais litorâneas, ribeirinhas e sertanejas. Caracterizada pelo trabalho pouco mecanizado e comunitário, ela possui especificidades complexas, que levam em consideração fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais intrínsecos a cada local. De acordo com os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA em 2011, a pesca artesanal ainda é responsável pela grande maioria do pescado consumido no país, representando um meio de subsistência para mais de 600 mil pessoas. Além disso, ela tem um papel fundamental não só para a conservação do meio ambiente e dos recursos pesqueiros, mas também para dar continuidade à cultura e identidade das comunidades tradicionais que a praticam.

Do ponto de vista legal, a pesca artesanal no Brasil permaneceu sem definição jurídica até 2009, quando foi inserida na atual Lei da Pesca, a lei 11.959\2009. A Lei da Pesca define a pesca artesanal como uma modalidade de pesca comercial "praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar". Ademais, ela considera como pescador tanto o sujeito embarcado, como aquele que confecciona e repara os instrumentos de pesca e as embarcações de pequeno porte, ou processa o produto da pesca artesanal. Todavia, o mesmo texto da Lei explica que tal equiparação é considerada somente para os efeitos da própria lei, não atingindo

benefícios previdenciários e direitos trabalhistas (DA SILVA, LEITÃO, 2016). A recente definição da pesca artesanal, se por um lado reconhece a sua dimensão comunitária e familiar, por outro lado tem uma tendência excludente, limitando o reconhecimento jurídico só à categoria de pescador embarcado, responsável pelo ato da captura do pescado. Isso, na prática, acaba tendo repercussões principalmente no trabalho das pescadoras, que raramente participam do processo de captura do pescado, sendo essa uma atividade tradicionalmente desenvolvida pelos homens (DA SILVA, LEITÃO, 2016).

Assim, a contribuição das mulheres na pesca permanece invisível, sendo considerada somente como prolongamento das funções domésticas, e dispensada dos direitos previdenciários e trabalhistas (BORGONHA *et al.*, 2008). Os espaços de luta e associativismo tradicional da pesca artesanal, as Colônias, não favorecem a participação das pescadoras, sendo geralmente ocupados e administrados só por pescadores homens. Porém, outras estratégias de resistência surgiram. Em 2006 a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) nasceu com a ajuda do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A Articulação, além de reivindicar o reconhecimento das pescadoras como agentes produtivas e o direito à saúde ocupacional, deu nova força à luta das pescadoras, inspirando movimentos de renovação nos quadros dirigentes de numerosas Colônias (MANESCHY *et al.*, 2012). Ademais, numerosas novas associações de pescadoras e pescadores surgiram, ganhando destaque como espaços alternativos de representação e resistência da categoria da pesca artesanal.

As contradições precedentemente descritas foram encontradas também nos territórios dos Inhamuns-Crateús, situado no estado do Ceará. A pesca artesanal na região é praticada em regime familiar, ou seja, todos os membros da família participam da produção e não tem empregados permanentes. A pesca é exercida nos açudes e representa uma atividade tradicional muito difusa, especialmente nas comunidades rurais.

Durante a experiência nas comunidades pesqueiras da região, observamos a grave condição de vulnerabilidade e invisibilidade vivenciada pelas pescadoras artesanais. A maioria delas é responsável pelo beneficiamento e a venda do pescado e pela confecção e reparo dos instrumentos de pesca, mas há também pescadoras na beira d'água soltando tarrafa e remando. Elas possuem experiências e conhecimentos não só do processo produtivo pesqueiro, mas também do cuidado com o ambiente e recursos naturais, através dos quais garantem a subsistência da família. No entanto, a maioria delas não tem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Além disso, a participação das mulheres na cadeia produtiva pesqueira é vista só como ajuda, elas mesmas, muitas vezes, não se reconhecem como profissionais da pesca. A crise hídrica que atinge o estado do Ceará pelo sexto ano consecutivo prejudica ainda mais a condição das pescadoras, as quais estão vivenciando uma forte

queda na produção causada pelo esvaziamento dos açudes e, conseqüentemente, a falta de peixes a ser pescado.

Esse artigo nasce a partir da atuação das autoras dentro do projeto de cooperação internacional “Caminhos de Resiliência: ações políticas de pescadoras e pescadores artesanais no enfrentamento das mudanças climáticas no Território dos Inhamuns Crateús - Ceará”, executado de 2017 até 2021 pela Cáritas Diocesana de Crateús em parceria com o Conselho Pastoral da Pesca (CPP) e a ONG italiana CISV. O projeto é co-financiado pela União Europeia e tem como objetivo reafirmar a identidade das pescadoras e dos pescadores artesanais da região e promover espaços de formação e discussão política. Dentro desse projeto foram executados dois módulos de oficinas temáticas para mulheres pescadoras, que visam fortalecer o autoreconhecimento e estimular o empoderamento da mulher pescadora da região, para que ela possa acessar os próprios direitos previdenciários e ocupar espaços de protagonismo dentro das instituições de representação política da categoria da pesca artesanal.

Contudo, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar reflexões sobre as experiências realizadas através das oficinas temáticas executadas com as mulheres pescadoras do Território dos Inhamuns-Crateús e avaliar os resultados obtidos. Além disso, esse trabalho tem o intuito de contribuir para uma reflexão acerca do universo da pesca artesanal e da hierarquização das atividades produtivas pesqueiras de acordo com o gênero.

METODOLOGIA

Neste estudo se utilizou a metodologia da investigação ação participativa (IAP) com o objetivo de conhecer a situação das mulheres pescadoras dos territórios de Crateús-Inhamuns, seu reconhecimento como profissionais da pesca e estabelecer ações para transformar esta realidade. De acordo com Fals Borda (1999), na IAP a investigação representa a análise etnográfica da comunidade a ser observada, desenvolvida através do olhar da comunidade para entender a realidade local, as demandas e os conflitos existentes.

Para realizar a atividade se formou uma equipe interdisciplinar, com sete profissionais que compõem a equipe do Projeto “Pescadoras e pescadores artesanais construindo o bem viver”. As ações foram orientadas por Anita Dias e Viviana Pittalis.

O estudo foi realizado em 12 municípios do sertão do Ceará: Crateús, Tamboril, Nova Russas, Tauá, Parambu, Arneiroz, Aiuaba, Novo Oriente, Catunda, Ipaporanga, Independência e Quiterianópolis.

Para conseguir uma construção de conhecimento que permita o auto reconhecimento das mulheres como pescadoras e sujeitas políticas com direitos e que gere uma ação de transformação foram desenhadas três etapas. Na primeira,

denominada pesquisas bibliográficas e documentais foram feitos mapeamentos de estudos sobre a temática da pesca artesanal no Brasil, e a realidade da mulher pescadora. Em um segundo momento foi feito um recorte sobre a situação da pesca artesanal em açude, investigando a pesca no sertão cearense e a realidade das pescadoras de açude. Por último, foi feita uma pesquisa para analisar as políticas públicas vigentes em relação a pesca artesanal no Brasil e como ela trata as mulheres pescadoras.

Na segunda etapa, denominada oficinas temáticas com mulheres pescadoras, se realizou dois encontros com pescadoras em cada município acompanhado com o objetivo de compreender a rotina diária delas, dialogar sobre os desafios de ser mulher dentro da categoria da pesca artesanal e discutir o problema da seca que assola o Ceará e vem prejudicando ainda mais a condição de vulnerabilidade vivenciada por elas. Nesta perspectiva, se buscou o fortalecimento da identidade da mulher pescadora nas regiões de Crateús-Inhamuns empoderando-as como pescadoras e promovendo o olhar crítico para que elas conheçam e acessem seus direitos como pescadoras.

Para a primeira oficina, intitulada “As marcas como empoderamento – Construção do mural de identidade”, as pescadoras participaram de uma dinâmica de apresentação que focou no autoconhecimento delas sobre si mesmas e seu reconhecimento identitário como pescadora. Além disso, as pescadoras construíram sua rotina diária e refletiram sobre a participação dos homens nos afazeres domésticos. Esta oficina teve o objetivo de abordar as diversas percepções das pescadoras em relação ao trabalho na pesca e o trabalho doméstico, além de identificar o reconhecimento delas como profissionais da pesca artesanal, para promover uma apropriação crítica da realidade.

Na seguinte oficina, intitulada Papeis de gênero na pesca artesanal, se buscou proporcionar uma análise sobre o papel da mulher na sociedade e promover uma valorização das pescadoras para que elas se reconheçam não só como mãe e/ou esposa de pescador, mas como mulher, pescadora e sujeita política. As pescadoras refletiram sobre o conjunto de comportamentos ou posturas associadas à masculinidade ou à feminilidade na sociedade e especificamente no mundo da pesca artesanal. Foi possível também discutir sobre a desigualdade de gênero também no acesso aos espaços de representação política da categoria da pesca e da divisão do trabalho doméstico.

Em cada oficina se formou grupos focais de mulheres como ferramenta que permite a construção coletiva do conhecimento. Foram formados 12 grupos focais, um para cada município com a participação de 10 a 15 mulheres pescadoras. Adicionalmente, jovens estudantes, filhas de pescadoras participaram dos encontros.

No trabalho com os grupos focais se buscou uma descrição profunda para compreender como as mulheres se veem dentro da categoria da pesca artesanal e conhecer sobre os espaços que elas ocupam como líderes. Por outro lado, durante

os encontros se identificaram mulheres líderes nos territórios e foram realizadas entrevistas semi-estruturadas focadas nos temas identidade e papel de gênero. Para o registro de informação foram utilizadas gravações em vídeo e caderno de anotações. Ainda foram realizadas análise de discurso, com

“um caráter qualitativo interpretativista, que estuda o objeto de investigação em seu contexto natural na tentativa de dar sentido aos fenômenos levando em conta os significados que as pessoas lhe atribuem”. (SILVA E ARAÚJO, 2017, p.20)

Em outras palavras, analisamos o discurso das mulheres para identificar como elas falam sobre si e a pesca, identificar se elas se reconhecem como pescadoras, e mais, se nos espaços públicos se apresentam como pescadoras; conhecem as diretrizes que regem a pesca artesanal no Brasil e seus direitos como pescadoras.

Guia de perguntas orientadas para as entrevistas semi-estruturadas:

1. Qual o seu nome e profissão?
2. Você se reconhece como pescadora?
3. Quais os desafios você nota que a mulher sofre dentro da pesca?
4. Quais as diferenças entre a pescadora e o pescador dentro da atividade da pesca?
5. As pescadoras podem fazer as mesmas atividades que o pescador durante o processo de pesca?
6. O que você escuta sobre a mulher? (na rua, na televisão, no rádio, na igreja, na família)
7. Você já sofreu algum preconceito como pescadora? Qual?
8. Você conhece seus direitos como pescadora?

Finalmente, na terceira fase, denominada observação participante, foi realizada em caráter exploratório uma observação das mulheres e isso nos possibilitou uma perspectiva holística e natural da realidade da mulher na pesca e como elas são vistas dentro das colônias e associação. Esta observação foi realizada durante as oficinas e nos diversos momentos de encontro proporcionado pelo Projeto “Pescadoras e pescadores artesanais construindo o bem viver”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção se apresenta as discussões e os resultados do trabalho realizado com as pescadoras que foram vitais para entender e fortalecer a ideia de que o trabalho coletivo transforma a realidade dos sujeitos. Processo que se vem dando desde Maio de 2017 até a data presente.

Durante este processo foi possível entender a relação das mulheres com a pesca e como ser pescadora é um desafio na região. Desta forma compreendemos

que existem muitos preconceitos ligados à mulher na pesca, reforçados pela própria Lei da Pesca de 2009, que tem um caráter discriminatório para com as mulheres. Entretanto, as pescadoras não se sentem intimidadas e continuam na resistência para seguir com sua profissão e lutar por seus direitos.

No início das rodas de conversa com as pescadoras encontramos um grupo de mulheres que não se reconheciam como pescadoras, e sim como ajudantes do marido pescador. O discurso era muito similar de um município para o outro. Na grande maioria, as mulheres se diziam donas de casa, esposas e/ou auxiliares de pescador, limpando e vendendo o peixe. Isso revela que a divisão do trabalho nas atividades da pesca artesanal da região reproduz uma subordinação de gênero comum a vários setores produtivos. De acordo com Bourdieu (2002), a dominação masculina se mantém historicamente através da reprodução das estruturas sociais e das atividades produtivas e reprodutivas organizadas de acordo com a divisão sexual do trabalho. Assim, na pesca artesanal o pescador exerce uma atividade produtiva completa, se servindo da ajuda da mulher, especialmente na reparação dos instrumentos da pesca, no beneficiamento do pescado e na comercialização, mas sem reconhecer essa ajuda como parceria. Ao contrário, o trabalho da mulher depende do homem, não tem valor monetário e fica por traz do trabalho doméstico, de sua competência exclusiva (WOORTMANN, 1989). Portanto, conforme Cavalcanti (2010) é necessário desmistificar o modelo de hierarquização das atividades produtivas pesqueiras de acordo com o gênero.

Entendemos que pescador ou pescadora não é somente o que entra na água e pesca, mas quem participa do processo da pesca, que inclui pescar, limpar e vender o peixe, fazer e concertar os instrumentos de pesca como galão, tarrafa, entre outras coisas. Com base nisso, é importante dizer que se a mulher atua em alguma destas tarefas pode ser considerada pescadora, já que a pesca artesanal é praticada em regime familiar, ou seja, em condições de mútua dependência e colaboração.

Assim como, percebemos uma mudança de atitude das pescadoras nos encontros realizados, houve uma maior participação. Elas passaram a compartilhar suas histórias na pesca, como era antes e como está agora. Utilizando da memória delas resgatamos histórias sobre o que sentem dentro da água e de como a pesca acompanhou as várias etapas da própria vida, como a infância ou a maternidade. Neste sentido as mulheres passaram a mostrar seus conhecimentos em relação a pesca, revelar a pertinência, a importância e as particularidades dos seus conhecimentos específicos da pesca, por exemplo sobre as espécies de peixes da região, a construção e o uso dos instrumentos e das embarcações, o armazenamento, beneficiamento e a comercialização do pescado.

Por outro lado, as pescadoras partilharam os preconceitos que vivem e ou viveram nas instituições públicas, quando vão renovar a carteira de pescadora artesanal, solicitar o seguro defeso e até mesmo na hora de marcar uma consulta médica.

“Fui marcar o médico e me perguntaram minha profissão, falei que sou pescadora. E me disseram: pescadora? Existe pescadora?” - Pescadora Aparecida Costa do município de Novo Oriente.

Esta mudança de atitude das mulheres se percebe na partilha do próprio conhecimento e dos desafios.

Do mesmo modo, foi possível perceber uma postura diferente das pescadoras. Inicialmente, elas ficavam de cabeça baixa e com o olhar para baixo nos encontros. Atualmente, as pescadoras demonstram força, criando seu lugar de fala e dando valor as falas de outras mulheres. Toda esta mudança fortaleceu o empoderamento das pescadoras e elas começaram a se posicionar mais não só nos encontros de mulheres, mas nos espaços promovidos pelas colônias e associações.

“Antes eu tinha medo de falar, chegava calada, me sentava e só escutava, hoje eu falo o que penso, participo dos encontros, viajo para representar minha colônia e as pescadoras. Lá no Maranhão, no encontro da ANP eu contei minha experiência, não tenho mais medo de falar” – Pescadora Elizabete Albuquerque, Novo Oriente.

O discurso das mulheres se fortaleceu e se identificou um crescimento no número de mulheres líderes, que assumiram a partir de um cenário de participação coletiva. As novas líderes estão empoderadas e incentivam a promoção de espaços de diálogo e participação nas colônias e ou associações. Neste momento, as pescadoras têm uma atitude firme em relação às suas decisões, admitem suas fraquezas, mas as transformam em forças e se sentem livres diante dos desafios que possam surgir.

Ainda percebemos um maior olhar crítico em relação às colônias e associações. As pescadoras passaram a ocupar novos espaços de liderança, e buscar seus direitos dentro da categoria. Além disso, as mulheres estão se tornando sócias das colônias e ou associações para cada vez mais acessar seus direitos como pescadoras profissionais.

Contudo, com os encontros, vale ressaltar o fortalecimento das mulheres como pescadoras, seu autoreconhecimento profissional, o olhar crítico sobre a sociedade. Há conscientização da importância de ocupar seus espaços de direitos, tanto nas colônias e associações como nos órgãos públicos, exercendo seus direitos como pescadora e cidadã.

“Depois do nosso último encontro de mulheres, fiquei pensando no que discutimos, se me identificar como pescadora ou como auxiliadora, ou dona de casa. E percebi que não me posiciono como deveria e depois disso comecei a falar, mostrar que sou pescadora sim, e que o que eu faço não é uma ajuda, mas sim o meu trabalho, minha profissão, o que sustenta meus filhos”. – Pescadora Joelma, município de Independência.

CONCLUSÃO

As histórias compartilhadas pelas pescadoras dos territórios dos Inhamuns Crateús e resgatadas através das atividades executadas revelam a existência de uma pesca artesanal feita por profissionais qualificadas que ocupam espaços de luta e resistência enfrentando todo dia o preconceito e a falta de reconhecimento.

Entretanto, com a execução das atividades descritas no presente trabalho, foi possível perceber uma ressignificação da identidade das mulheres como pescadoras, o fortalecimento do autoreconhecimento profissional e o empoderamento do olhar crítico sobre a sociedade. Isso se deu por um lado através da valorização da atividade exercida pelas pescadoras. Por outro lado, foram oferecidos às pescadoras espaços inéditos de fala e denúncia das dificuldades vivenciadas dentro e fora da pesca. Assim, o encontro e o confronto com outras pescadoras facilitaram o processo de autoreconhecimento e o empoderamento recíproco.

Dessa forma, entendemos que os objetivos dos encontros foram alcançados. Todavia, é necessário que as colônias e associações procurem rever a definição de pescador, facilitando o processo de reconhecimento do papel da mulher na pesca e tornando-se espaços de representação e luta para que as pescadoras tenham maior acesso aos direitos e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- BORGONHA, M. C.; BORGONHA, M. **Mulher-pescadora e Mulher de Pescador: A Presença da mulher na Pesca Artesanal na Ilha de São Francisco do Sul**, Santa Catarina. *In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, p. 1-6, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CAVALCANTI, Diego Rocha Madeiros. **Mulheres nas águas: Um estudo sobre relações de gênero na pesca**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2010.
- MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 713–737, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300007&lng=pt&tlng=pt>.
- MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. 2011.
- SILVA, V. L.; LEITÃO, M. R. F. A. O processo de reconhecimento jurídico do trabalho das pescadoras artesanais catarinenses e a indefinição de direitos trabalhistas e previdenciários. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**. Centro de Ciências Jurídicas – Universidade Federal da Paraíba. v. 5, n. 1, p. 138-167, 2016.
- FALS BORDA, O. (1999). **Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación- Acción Participativa)**. P. 71-88 Recuperado 07 de Fevereiro de 2017 de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/colombia/assets/own/analisis38.pdf>.
- SILVA, J.C.; ARAÚJO, A.D. **A metodologia de pesquisa em análise do discurso. Grau Zero - Revista de Crítica Cultural** (Organizada pelo PÓS-CRÍTICA), 2017. Disponível em: <https://www.>

revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/3492/2240.

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade á dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n.18, p. 41-60, 1992.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Açude 217, 221

Agroecologia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Amanda Bueno 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56

C

Clarice Lispector 87, 88, 97, 98

Comunicação popular 136, 138

Contexto escolar 78, 82

Crítica literária feminista 87, 89, 98

Cuidado 11, 12, 14, 18, 19, 20, 24, 41, 50, 58, 60, 61, 62, 64, 82, 92, 131, 179, 217, 219

Cuidado de enfermagem 58

D

Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 50, 87, 103, 111, 113, 114, 117, 132, 133, 134, 168, 172, 183, 209, 227

Diversidade de gênero 100, 101, 102, 103, 105, 108

E

Economia solidária 150, 152, 156, 157, 158, 160

Educação contra hegemônica 195

Empoderamento feminino 58, 61, 151, 160

Enfermagem 12, 15, 20, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 137

Enfermagem obstétrica 58, 60, 61, 62

Ervas medicinais 136, 138, 139, 143, 145

Estadão 47, 48, 49, 53, 54

Experiências educacionais 146, 147

F

Feminismo negro 85, 186, 187, 188, 192, 194, 199, 207

H

Humanização do parto 58, 59, 60, 61, 62, 63

I

Identidade 6, 8, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 32, 38, 43, 69, 78, 79, 91, 95, 96, 98, 103, 107, 109, 113, 117, 123, 126, 132, 139, 150, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 208, 217, 218, 220, 221, 222, 225

Inclusão social 150, 158

Intelectualidade 186, 188, 192

Interseccionalidade 1, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 78, 81, 85, 86, 91, 111, 112, 116, 117, 123

J

Jornalismo 47, 49, 55, 56, 57

L

Lei 19, 20, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 48, 51, 54, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 105, 106, 109, 147, 173, 187, 218, 223

Literatura portuguesa contemporânea 124, 129

M

Medidas protetivas 65, 70, 71, 72, 75, 197

Método canguru 12, 14, 15, 16

Minorias 81, 100, 104, 105, 106, 107, 108

Movimentos sociais do campo 35, 40

Mulher 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 114, 117, 120, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 158, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 177, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 220, 221, 222, 223, 225

Mulher capoeirista 195, 201, 205

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 76, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 103, 105, 107, 113, 114, 116, 117, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Mulheres dependentes químicas 146, 148

Mulher-trabalho 35

O

Organização feminina produtiva 150

Organização social 17, 40, 166, 207, 209

P

Parceria 156, 158, 164, 195, 202, 205, 209, 211, 213, 216, 220, 223

Pescadoras artesanais 217, 219, 225

Políticas afirmativas 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108

Práticas pedagógicas 146, 147, 148

Prematuridade 12, 14, 19

Protagonismo feminino 35, 62, 63

R

Representação 47, 51, 54, 56, 89, 91, 92, 111, 116, 119, 122, 125, 167, 169, 198, 211, 212, 219, 220, 221, 225

Resistência 38, 89, 90, 94, 130, 139, 170, 179, 183, 187, 190, 192, 193, 195, 199, 200, 203, 207, 219, 223, 225

Roda capoeira 195, 200

S

Sertão 136, 144, 217, 220, 221

Solidão 96, 124, 187, 190

T

Tradição 89, 90, 124, 129, 134, 196, 197

Transexualidade 163, 164, 165, 168, 169, 172, 174

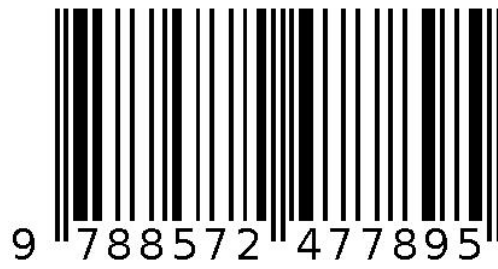
V

Violência 4, 6, 11, 19, 20, 32, 43, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 94, 108, 141, 164, 170, 172, 187, 190, 191, 193, 200, 201, 204, 213, 225

Violência contra a mulher 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 69, 76, 200

Volatilidade 124, 125, 126, 134

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-789-5



9 788572 477895